PERSPECTIVA
REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Volume 42, n. 4 – p. 01 – 19, out./dez. 2024 – Florianópolis

eISSN 2175-795X

Vivências de uma criança trans em contexto de Educação Infantil: direito ao reconhecimento da identidade e do corpo

Izzie Madalena Santos Amancio
Patricia de Moraes Lima
Cristina Teodoro

Resumo

O presente artigo realiza uma análise acerca da experiência da constituição da identidade de uma criança trans por meio de narrativas que revelam a presença e significação de seu corpo em instituições de Educação Infantil. O estudo apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, pautada pelos seguintes objetivos: (1) perceber como uma criança trans narra e constitui sua identidade de gênero e racial, (2) compreender, em processos de interações, como negocia e interpreta as expectativas sociais de gênero, masculinos e femininos, pulsantes em nossa cultura e (3) apreender como a criança significa seu corpo infantil. A pesquisa pautou-se em um cunho etnográfico e os resultados alcançados tratam de como as culturas educativas se diferenciam, e como o espaço educativo é marcado pela transfobia em relação às crianças trans, impactando as interações entre elas e seus pares, bem como com os adultos. Diante disso, propõe-se uma reflexão acerca do desafio que se impõe às instituições educativas de compreender e acolher as dissidências de gênero, promovendo os direitos das crianças trans, de modo a assegurar-lhes uma existência digna e reafirmar sua cidadania como um direito humano inegociável.

Palavras-chave: Etnografia. Crianças trans. Identidade de gênero.

Izzie Madalena Santos Amancio
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unilab, Brasil
E-*mail*: izzie.mada@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-9286-2158

Patricia de Moraes Lima
Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil
E-*mail*: patricia.demoraeslima@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-7741-3709

Cristina Teodoro
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unilab, Brasil
E-*mail*: lcristina.teodoro@unilab.edu.br
https://orcid.org/0000-0002-0850-4014

Recebido em: 16/08/2023
Aprovado em: 18/10/2024

CC BY

http://www.perspectiva.ufsc.br
http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2024.e95922

Abstract

Experiences of a trans child in the context of early Childhood Education: right to recognition of identity and body

This article analyzes the experience of the constitution of a trans child's identity through narratives that reveal the presence and significance of her body in early childhood education institutions. This study presents the partial results of a master's research project in the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Santa Catarina, based on the following objectives: (1) to perceive how a trans child narrates and constitutes her gender and racial identity, (2) to understand, in processes of interactions, how she negotiates and interprets the social expectations of gender, masculine and feminine, pulsating in our culture and (3) to seize how the child signifies her infant body. The research was based on an ethnographic approach, and the results show how educational cultures differ and how the educational space is marked by transphobia about trans children, impacting interactions between them and their peers, as well as with adults. Given this, we propose a reflection on the challenge that educational institutions face in understanding and welcoming gender dissidence, promoting the rights of trans children, guaranteeing them a worthy existence, and reaffirming their citizenship as a non-negotiable human right.

Keywords:
Ethnography.
Trans children.
Gender identity.

Resumen

Experiencias de un niño trans en el contexto de la Educación Infantil: derecho al reconocimiento de la identidad y el cuerpo

El presente artículo realiza un análisis acerca de la experiencia de la constitución de la identidad de una niña trans por medio de narrativas que revelan la presente y significación de su cuerpo en instituciones de Educación Infantil. El estudio presente resultados parciales de una investigación de Maestría en el Programa de Posgraduación en Educación de la Universidad Federal de Santa Catarina, pautada por los siguientes objetivos: (1) percibir como una niña trans narra y constituye su identidad racial y de género; (2) entender, a través de la interacción, como negocia e interpreta las expectativas sociales de género, masculino y femeninos, relevantes en nuestra cultura y (3) aprender como la niña significa su cuerpo infantil. La investigación es de cuño etnográfico y los resultados alcanzados tratan de cómo las culturas educativas se diferencias y como el espacio educativo es marcado por la transfobia en relación a la niñez trans, impactando las interacciones entre ellas y sus pares, así como con los adultos. Además de esto, se propone una reflexión acerca del desafío que se impone a las instituciones educativas de entender y acoger las disidencias de género promoviendo los derechos de la niñez trans, de modo de asegurarles una existencia digna y reafirmar su ciudadanía como un derecho humano innegociable.

Palabras clave:
Etnografía. Niñez trans. Identidad de género.

Introdução

Este texto apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, que teve como objetivo: (1) perceber como uma criança trans narra e constitui sua identidade de gênero e racial, (2) compreender, em processos de interações, como negocia e interpreta as expectativas sociais de gênero, masculinos e femininos, pulsantes em nossa cultura e (3) apreender como a criança significa seu corpo infantil. Por meio de uma Etnografia com uma criança que se auto identifica como transmasculina que, inicialmente, tinha 5 anos de idade.

A pesquisa desenvolvida insere-se no campo dos Estudos Sociais da Infância, tendo como base a fundamentação teórica da Sociologia da Infância, que compreende a criança como sujeito social e a infância uma construção social do tipo geracional. Ainda, há o entendimento de que a infância é atravessada pela opressão de classe, gênero, raça e etnia. Assim, a partir do entendimento dos Estudos Interdisciplinares acerca das crianças e as infâncias, é necessário trazer, nas pesquisas, as narrativas das crianças trans, sendo assim, foi necessário questionar onde estavam as "vozes" delas, narrando as suas vidas, pois, não era possível escutá-las ou enxergá-las na maioria das pesquisas que falavam a partir de vozes adultas ou de interpretações de adultos, sobre as ações e falas de crianças presença na esfera da vida social (Lima, 2015) sob a égide do legislativo brasileiro, que somente se tornou existente devido às reivindicações sociais.

Na busca de captar as formas de ser, pensar e agir, em um processo de constituição que foi desenvolvida a pesquisa por meio de um estudo etnográfico. Ferreira e Lima (2020), argumentam que cada vez mais a Etnografia tem se mostrado útil, metodológica e epistemologicamente, para se pensar o universo que envolve as crianças. Partindo de um olhar que se desdobra em miudezas distintas do sentido originário do termo infância, ou seja, "àqueles que são ausentes de voz" ou "àqueles que não falam". No que se refere à criança elegida para participar da construção deste projeto, partimos do pressuposto de que "as opções metodológicas não são neutras" (Ferreira; Nunes, 2014, p. 116) e que, portanto, "a noção etária é um modo de classificação e representação social com relevo descritivo e analítico" (Ferreira; Nunes, 2014, p. 117).

O sujeito eleito e convidado para participar desta ciranda investigativa, apresenta-se enquanto menino trans e reivindica em muitos vídeos e *lives* maneiras adequadas de tratamento à uma criança trans, seja durante os atendimentos de saúde, educacionais e nos ambientes virtuais. Suas performances artísticas revelam entre o lúdico e a denúncia que esta criança trans produz, que ela está reivindicando alteridade em meio: (1) a uma sociedade adultocêntrica, (2) classista e racista e (3)

cisnormativa. Entre esses eixos de opressão, interrogamos: como a criança trans, sujeito da pesquisa, narra as tentativas de desempoderamento do branco-cis-hetero-patriarcado?

Levando em consideração alguns pontos a serem superados nas pesquisas com crianças, investimos, aqui, em uma compreensão de que diferentes recursos facilitam o processo no campo pesquisado, deste modo, foram utilizados para registro e construção de dados a observação, o diário de campo, a contação de história, os bonecos confeccionados em tecidos e a produção de desenhos. Nesse sentido, o uso de procedimento de construção de dados, a partir das narrativas da criança, com um caráter mais participativo, possibilitou um trabalho de interpretação e desocultação de sua voz e de certa forma da voz de outras crianças, que permanecem, muitas vezes, ocultas nos métodos tradicionais de investigação, através de perspectivas geracionais adultocêntricas.

Identidade de gênero e transgeneridade

Jesus (2013) defende: gênero é uma categoria que a inscrição não corresponde à categoria descritiva macho ou fêmea, por se fazer por via da autopercepção do sujeito, portanto, a identidade de gênero, independe do sexo. E, por serem identidades culturalmente construídas, os gêneros não devem ser determinados a partir dos órgãos genitais dos sujeitos. Nesse sentido, compreende-se que o gênero não é dado, é sistematicamente ordenado por meio de códigos e lógicas que são produzidas e reproduzidas socialmente.

Sendo assim, por vezes, é comum confundir o gênero e a sexualidade. A sexualidade, de modo específico, pode ser lida a partir da orientação sexual do sujeito, e, grosso modo, se pode traduzir por "atração afetivo-sexual, por alguém" (Jesus, 2013, p. 15). A identidade de gênero é uma construção cultural e social que deve partir da autopercepção e autoproclamação pelos sujeitos , em uma dada sociedade. Assim, o

> Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa, Identidade de gênero e orientação sexual, são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero (Jesus, 2013, p. 14).

Os sujeitos que se identificam ou concordam com o gênero que lhe foi atribuído, são considerados cisgêneros, assim, é possível compreender o conceito de "Cisgênero, como um conceito guarda-chuva que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento" (Jesus, 2013, p. 14).

A transfeminista Nascimento (2021) pontua que:

> O conceito de cisgeneridade coloca em disputa a percepção de que os corpos - de que nenhum corpo, para ser específica —, é naturalmente sexuado, ou generificado. Denuncia ainda o modo colonial de produção de nossos gêneros, que vai além de uma assimetria entre os

> gêneros, como muitas feministas historicamente abordam; o conceito colonial de gênero se ancora numa base bioessencialista de definição das nossas experiências, impondo um padrão exclusivamente binário de correspondência entre sexo (supostamente biológico) e gênero (cultural) (Nascimento, 2021, p. 100).

Assim, é possível entender que a identidade parte sempre do sujeito, independentemente de como a sociedade o compreende. Tanto as identidades cis ou trans partem de uma identificação. O que diferencia os sujeitos são suas experiências e pertencimentos na sociedade. As identidades cisgêneras são eleitas pela sociedade enquanto norma, enquanto as identidades transgêneras, transexuais e travestis são lidas enquanto desvio dessa norma, preestabelecida. As normas de identidade de gênero são baseadas em lógicas biológicas, orientadas a partir das características físicas do sujeito.

Nessa perspectiva, a cisnormatividade atua na construção do sujeito antes mesmo do indivíduo se perceber pertencente a algum gênero. Vergueiro (2016), defende que só se percebe a não-cisgeneridade em função da opressão causada pela colonização cisgênera. Assim, a construção de gênero está ritualizada desde a descoberta da gravidez, a partir de determinadas expectativas sociais , onde a comunidade irá aprender-ensinar alinhando as expectativas de gênero à normatividade biológica. Scott (1995) anuncia que, as representações simbólicas, culturalmente construídas para homens e mulheres, elegem as identidades cisgêneras enquanto uma norma social, a dita identidade positiva (Silva, 2014), em oposição às identidades trans, que são vistas como desvio da norma estabelecida culturalmente e, por isso, são depreciadas para garantir o local hegemônico da cisgeneridade. Cisgêneros, portanto, são pessoas que têm suas identidades de gênero legitimadas pelo Estado e pela cultura. As identidades trans vão além de um antagonismo às identidades cisgêneras, já que, representam uma vasta possibilidade de viver e se sentir além do binarismo de gênero e suas imposições socioculturais e subjetivas.

A cisgeneridade, enquanto uma norma social colonizadora, atua a partir de ferramentas ideológicas, políticas e individuais, embutidas no discurso biomédico, jurídico, cultural, institucional e que constrói homens e mulheres para serem cisgêneros. Nesse sentido, a construção compulsória de sujeitos cisgêneros tem limitado as experiências de sujeitos não-cisgêneros, mas, não anula as vivências múltiplas dos gêneros, pois, o gênero não é rótulo, não é algo sólido, mas, pelo contrário, é plástico, autopercebido e autoproclamado. Na década de 1970, Oakley (2017)[1] contribui com o debate ao trazer a discussão acerca dos "intersexuais", e argumentar que esses sujeitos, que assentavam na concepção biologizante nem enquanto homens ou tampouco mulheres, nasciam e somente eram

[1] O texto aqui referenciado é uma tradução para o português do Capítulo 6, "Sex and Gender", do livro de Ann Oakley, "Sex, Gender and Society" (1972), publicado na **Revista Feminismos (2017)**. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30206. Acesso em: 30 out. 2024

"determinados" por meio de cirurgias reparadoras e, após, como os demais indivíduos, exerciam com "normalidade" os papéis de gênero dentro das lógicas biológicas. Assim, para a referida autora

> Identidade de gênero (sentimento de si sobre ser homem e mulher) é o determinante crucial do papel de gênero (viver como homem ou mulher); sexo biológico pode ser, e, frequentemente é, reconstruído para permitir que o indivíduo interprete papéis de gênero masculino ou feminino sem confusão e riscos, do ridículo social. Aqui é que a biologia se torna plástica, num sentido literal, e é alterada para estar em conformidade com a identidade de gênero. Não é a identidade que é moldada, pela biologia (Oakley, 2017, p. 68).

Essa discussão foi um marco nas discussões das relações de gênero, ao quebrar o paradigma biologizante, e compreender o termo como um fator psicocultural e social, ou seja, independente da biologia e dos órgãos sexuais. No entanto, é necessário evidenciar que os termos "intersexuais", "homossexuais" e "transsexuais", usados por Oakley (2017), ainda eram marcados por uma lógica da patologização e pela linguagem normativa, na qual a identidade de gênero da pessoa não depende de seu sexo biológico é preciso, ainda, harmonizar a biologia com a identidade de gênero individual, através de cirurgias.

A garantia da identidade de trans é um direito. Visto que, em 25 de maio de 2018 a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou da classificação oficial de doenças a CID-11[2], que considerava como doença mental o quadro de pessoas trans. A transsexualidade deixou de ser considerada uma doença mental e passou a ser configurada como uma incongruência de gênero. Já a expressão transgênero remete a um leque de categorias identitárias que se relacionam às expressões que não estão de acordo com a matriz de sexo e gênero. A transgeneridade acolhe a união política dos diversos indivíduos com distinções de gênero consideradas incompatíveis com as condutas sociais que visualizam apenas o binário de gênero. Porém, perfazendo um movimento de corpos que importam é fundamental não restringir pessoas em dissidência enquanto transgênero, sem fazer menção às demais identidades, que historicamente estão na frente das trincheiras, destaca-se aqui travestis e homens e mulheres transexuais.

Crianças trans e educação escolar

A pesquisadora, ativista, travesti negra, Jesus (2013) realizou uma pesquisa remota com dez pessoas, entre elas, homens e mulheres trans, travestis e *crossdresser*[3]. Na pesquisa, por meio de questionário online, as pessoas entrevistadas sentiram que possuíam um gênero diferente do atribuído socialmente. A pesquisa analisou, via memórias de pessoas dissidentes em identidade de gênero, as

[2] Maiores informações: https://www.paho.org/pt/noticias/11-2-2022-versao-final-da-nova-classificacao-internacional-doencas-da-oms-cid-11-e. Acesso em: 10 nov. 2024.
[3] Independe da cultura ou do sexo, é a pessoa adepta a prática de se vestir, manifestar e usar adereços do sexo oposto. Este termo tem sido usado pensando o "Preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis" (Jesus, 2013, p. 29).

implicações psicossociais das vivências de gênero — os conflitos, desejos e realizações — na experiência de suas infâncias. Uma das análises, destaca:

> Uma leitura das narrativas sobre as memórias da infância como crianças trans, e de alguns de seus fragmentos, aponta para experiências comuns da vivência da transgeneridade entre os diferentes sujeitos, com aspectos negativos, como o sentimento do "estranho", remetendo a uma internalização, pelas crianças, do discurso binarista de gênero que busca controlar e evitar que os limites atribuídos aos sexos biológicos sejam rompidos, e que sua falibilidade seja evidenciada (Jesus, 2013, p. 10).

A pesquisadora defende: fora do campo da psiquiatria e saúde mental *lato sensu*, há pouca produção de pesquisas acerca das crianças trans, sendo um reflexo de como as relações estão estabelecidas socialmente, e não apenas na psiquiatria e saúde mental.

Oliveira (2018), travesti preta, doutora em educação e professora da Universidade Federal do Paraná, em seu artigo intitulado "Minha vida em cor-de-rosa: cenas e encenações da transexualidade feminina na infância", analisa um filme e um documentário que abordam a transexualidade feminina. No texto, revela com detalhes como o modelo de organização social constrói a cisgeneridade como uma produção cultural, nas suas palavras "as pessoas precisam ser ensinadas, desde muito cedo, a agir de modo que consigam reproduzi-lo no futuro" (2018, p. 111). O agravamento da discriminação com a adultização impõem uma lógica perversa às crianças trans, segundo a autora,

> No caso da criança transexual, existe ainda o agravante de que ela pode ser vista como portadora de uma patologia, que precisa e deve ser tratada, passando por experiências que evidenciam o quanto está em desacordo com os padrões pré-estabelecidos e como é necessário que altere sua forma de pensar e agir para que possa adequar-se ao sexo anatômico e assim levar uma vida "normal"(Oliveira, 2018, p. 113 – grifos do original).

Ainda, apresenta a reflexão acerca da realidade atual de pessoas que transicionam de gênero na infância e como passam por processos violentos e dolorosos que envolvem o reconhecimento de sua identidade de gênero por parte da família, dos vizinhos e da sociedade de modo geral. Ressalta, ainda, que esses processos, por vezes, ocorrem por meio de conflitos e discriminações que atravessam não apenas a criança trans, mas, também, a rede que a cerca.

A instituição educativa é um dos primeiros espaços de vida pública das crianças. Uma das cenas analisadas por Oliveira, (2018) é a agressão sofrida por uma das personagens dentro do banheiro da escola, onde, para ela, são violências que visam possíveis práticas corretivas para o sujeito trans. É importante ressaltar que o uso de identificação em banheiros é parte de políticas culturais que versa a construção dos gêneros, ou seja, sinalizam — de forma escrita, por cores ou por meio de desenhos — o que se espera do macho ou da fêmea da espécie humana. A falta de possibilidade do acesso por meio de uma autoidentificação do sujeito, não possibilita o exercício da cidadania, da dignidade e nem tampouco do respeito. O banheiro enquanto um espaço público e que faz parte do ambiente educativo, necessita propiciar interações e apreensões de códigos de conduta

moral, portanto, torna-se um local privilegiado e é necessário compreender esse espaço como um local em que a vida acontece, as crianças vivem e constroem cultura de pares, mas, também, estabelecem entre si, relações de poder e opressão. Outra discussão importante, é quanto os símbolos culturais:

> A construção de uma identidade de gênero, feminina ou masculina, tem nos cabelos um elemento simbólico dos mais importantes. Deixá-los crescer significa identificar-se como mulher e cortá-los, aproximar-se de uma identidade masculina, necessitando no caso das crianças, do consentimento da família (Oliveira, 2018, p. 125).

A transfobia, autorizada por meio do discurso adultocêntrico, questiona o severo controle dos corpos e mentalidades das crianças trans. O conjunto de violências e violações acometidos à comunidade podem desdobrar-se em um adoecimento, um desgaste da força vital e mental do sujeito. Isso fica evidente na tentativa de suicídio, apresentada na escrita da autora, por uma de suas personagens após recorrentes práticas coercitivas e de responsabilização da criança trans em relação às violências sofridas.

Amancio (2019) alerta que a construção social do gênero normativo e normalizado atravessa a construção das identidades de gênero das crianças, ou seja, "a triste realidade é que travestis e transexuais estão expostas(es/os) a discriminações desde as suas tenras infâncias" (Venturi; Bookany, 2011, p. 122). Estão vivenciando processos sociais complexos e aí reside a necessidade de uma auscultação, para compreender quais as demandas de atendimento, proteção e cuidado. Apesar das recentes e tímidas aparições desses sujeitos concretos, observamos que a criança trans, mesmo enquanto categoria de análise, desloca a universalização das vivências das crianças cisgêneras, a infância normativa e normalizada, porque desestabiliza a infância normal e ingênua, esperada pela instituição educativa.

A experiência de uma criança trans no contexto educativo e da Educação Infantil: a infância e o direito a ter direitos

É importante evidenciar que, ao longo do tempo, a compreensão acerca do que é a infância e a criança, tem se transformado. Assim, esses dois conceitos são fundamentais neste artigo, e concordamos com Sarmento (2008), quando afirma que as crianças são atores sociais, sujeitos de direitos e por um outro lado e interligado ao anterior que a infância é categoria social geracional e socialmente construída.

Esta pesquisa de caráter qualitativo buscou, por meio da Etnografia, trabalhar com um estudo específico de uma criança trans. Dizer, portanto, que a Etnografia tem sido considerada uma abordagem eficaz em estudos e pesquisas que envolvem crianças, não deve ser entendida, no entanto, como uma mera transposição de procedimentos utilizados junto de uma população adulta para seu

emprego, junto das crianças. Embora os recursos etnográficos em pesquisas com crianças sejam considerados os mais adequados, utilizá-los não é tarefa fácil. O caminho a ser trilhado é marcado pelas incertezas próprias de cada dia e de cada momento, pois nunca se sabe ao certo o que pode garantir o sucesso na busca e na construção de dados. Ao longo do processo de constituição de significados do e para o mundo social, as crianças inventam, reinventam, negociam e estabelecem códigos e limites que nem sempre o adulto consegue compreender. Assim,

> Precisamos conviver com as incertezas nos estudos das crianças, agora não mais compreendidas como sujeitos passivos. Elas são capazes de burlar algumas regras e normas dos adultos e criam entre elas verdadeiros sistemas culturais de apreensão dos significados do mundo que ainda necessitamos estudar e compreender (Delgado; Müller, 2005, p. 144) .

Baseadas em Lima (2015), importa considerar para a pesquisa etnográfica, (1) o olhar de perto e de dentro, que acompanha e participa do cotidiano enquanto sujeito do processo da pesquisa. Os modos de inserção no campo, pressupõe, portanto (2) o estar com, que neste sentido, significa a vivência em um campo de possibilidades que está intimamente ligada a uma entrada *in locus*, com respeito e sensibilidade ao interlocutor e sua realidade cultural. Neste sentido, o processo de escrita da pesquisa etnográfica parte de um esforço de tradução daquilo que foi vivido, daquele que foi sentido e experienciado. Diante disso, é fundamental (3) assumir a escrita como elemento político da pesquisa, pois é neste movimento etnográfico, que lançamos a alteridade para o centro do debate, trata-se daquilo que não nos passa despercebido, porque nos atravessa em uma relação de interdependência entre pesquisadoras e sujeitos (Lima, 2015).

Ainda, a Etnografia, enquanto epistemologia e metodologia é excelente para conhecermos as crianças a partir das próprias crianças (Ferreira; Nunes, 2014), e isso significa reconfigurar as velhas formas de entender as crianças nas pesquisas, requer um esforço de posicioná-las a partir do que são, em suas temporalidades, potencialidades, alteridades, competências e experiências, específicas a cada uma delas. Uma Etnografia reflexiva corresponde a estes pontos mencionados anteriormente, é um situar os sujeitos enquanto sujeitos da infância e também construtores de culturas:

> Neste seguimento, os processos de reflexividade metodológica inerentes à prática etnográfica constituem terreno fértil para ampliar a problematização do conceito de agência aos adultos, desafiando-os a perspectivarem o conceito de adultez nas diferenças, alteridades e interdependências intergeracionais, segundo um entendimento de ambas as condições, adultos e crianças, como identidades em construção, transitórias e múltiplas (Ferreira; Nunes, 2014, p. 117).

Ao refletir os modos de produção da pesquisa junto de uma criança trans, em tempos de Pandemia, optamos por transpor a pesquisa ao modo remoto, a fim de garantir a saúde das pessoas envolvidas. O encontro com a criança da pesquisa foi iniciado dentro do ambiente virtual, nas redes sociais. Na ocasião do encontro, o perfil da criança, sujeito da pesquisa, foi divulgado nas mídias

digitais dos movimentos sociais de travestis e transexuais, numa campanha de visibilização e proteção às crianças trans, muito em função da transfobia denunciada por famílias de crianças trans do Brasil e a refletir acerca da diminuição da idade das pessoas violentadas com o passar dos últimos anos.

Durante o estudo etnográfico, foi utilizada a plataforma virtual *Google Meet*, que viabilizou a gravação dos encontros, a realização de *prints* da tela, exibição de tela para dialogar acerca do perfil nas redes sociais da criança, saber melhor do seu processo de autonomeação enquanto sujeito trans.

Ainda, levando em consideração alguns pontos a serem superados nas pesquisas com crianças, investimos em uma compreensão de que diferentes recursos facilitam o processo de inserção no campo pesquisado. Tais recursos certamente ampliaram as possibilidades de capturar os momentos vividos durante a pesquisa de campo. Nesse sentido, a busca foi por procedimentos de construção de dados a partir das narrativas da criança, considerando um caráter mais participativo e entendendo que podem propiciar um trabalho de tradução e desocultação das vozes das crianças, que permanecem ocultas nos métodos tradicionais de investigação, por meio de perspectivas geracionais e adultocêntricas.

O uso de fotos, por meio do *prints*, possibilitou a construção da memória capturada nas telas e transpor os sentidos do campo recorrendo ao uso da imagem. Experiências com a fotoetnografia ou a imagem-criança foram compartilhadas por Lima e Nazario (2014), ao apontarem que "o trabalho com fotografia nas pesquisas com crianças tem nos auxiliado a constituir uma aproximação mais genuína aos universos infantis e contribuído para nos colocar diante de uma experiência com a infância" (p. 505). As autoras demonstram ainda o quanto há potência no uso das fotografias no sentido de fornecer a possibilidade de uma "leitura de narrativas visuais sobre o contexto investigativo" (p. 501) como, por exemplo, os elementos que compõem a trama social do sujeito onde o conjunto de elementos registrados podem revelar-nos aspectos da cultura da criança.

Oficialmente, a observação de campo foi iniciada em fevereiro de 2021, na ocasião ele (o sujeito da pesquisa) estava com 6 anos de idade, porém, como dito, o encontro foi anterior, bem como os contatos não oficiais de aproximação. A relação de escuta da criança exige da adultez um lugar de constante vigilância acerca do seu papel.

Além das observações, optou-se pela realização de oficinas, mas no primeiro encontro remoto ocorreu a apresentação do projeto de pesquisa e o convite para a criança fazer parte da pesquisa. O estabelecimento de uma relação com a criança na pesquisa, possibilitou conhecê-lo a partir do universo que compõe seu cotidiano, apesar dos encontros requererem o uso de tecnologias limitadas, foi construído um espaço comum no qual era possível questionar reciprocamente, mas também a si mesmo, este exercício fica explícito diante das interrogações advindas da pesquisa junto a um menino trans. Ao passear pela produção de conteúdo no perfil no Instagram, ele apresentou sua família, as

pessoas trans/travestis que ele conhecia e suas significações e entendimentos sobre signos e símbolos socioculturais, como explícito no diálogo abaixo:

> *Pesquisadora: Como? E essa pessoa quem é? É a Leona?*
> *Criança: Hanram! É porque... é a tia Leona. Olha minha camisa de super man?*
> *Pesquisadora: Sim...*
> *Criança: (Inaudível)*
> *Pesquisadora: Entendi. Deixa eu ver aqui mais e essa bandeira aqui, é uma bandeira aqui atrás?*
> *Criança: O que?*
> *Pesquisadora: Dessa foto...*
> *Criança: É, porque ela botou tipo um filtro e apareceu essa bandeira. Aí ela botou, uma roupa aí eu fiquei com essa roupa aí!*
> *Pesquisadora: E essa bandeira, significa o que?*
> *Criança: Trans.*
> *Pesquisadora: Um? A bandeira trans?*
> *Criança: Sim.*
> *Pesquisadora: E o que é ser trans?*
> *Criança: O que?*
> *Pesquisadora: O que é ser trans? Como é ser trans?*
> *Criança: Tipo, você é um homem aí quer ser menina. Aí você é menina e você é, quer ser, homem. Pronto.*
> *Pesquisadora: Entendi. Olha eu quando era criança. Aqui oh: (mostro foto minha com 3 anos de idade). Eu usava roupa de menino.*
> *Criança: Oh!*
> *Pesquisadora: Eu usava roupa de meninos. Aí eu demorei bastante para poder falar com minha mãe para eu passar a usar roupas de menina e mudar o meu nome. Você está vendo aqui?*
> *Criança: Eu também fui a mesma coisa.*
> *Pesquisadora: Foi? E como é que foi para você? Você se sentiu como depois que você falou com sua família?*
> *Criança: Eu me senti (inaudível).*
> *Pesquisadora: Hum, como?*
> *Criança: Me senti tremendo.* (Transcrição da Primeira Conversa com a criança, sujeito da pesquisa, em 26 de julho de 2021, via plataforma do *google meet*)

Na conversa, foi possível acessar uma narrativa acerca da transexualidade, a partir de uma criança trans de hoje e uma criança travesti que vivenciou outros processos até chegar à afirmação da sua própria identidade. Na relação construída com a criança na pesquisa, não apenas a identidade dissidente em gênero que se comunica pelo diálogo aberto, mas a diferença se anuncia por diversos prismas e narrativas entre a criança e a adulta da investigação, justamente porque a relação entre a criança hoje e a criança da memória, é intermediada pelas leituras que se têm do tempo de agora.

Durante as conversas, a criança trans evidenciou um processo de transição familiar que perpassa o reconhecimento de sua identidade de gênero, sendo acolhido a partir de seu desejo. É possível interpretar que, ao reivindicar para a sua mãe a sua identidade de gênero, o faz não apenas em um sentido isolado, mas abre caminho para o entendimento de si e suas relações com o mundo. Ao revelar sua identidade, reivindica cidadania e aponta para as ausências afetivas, buscando mobilizar e constituir uma rede de acolhimento e apoio, inicialmente, dentro do seu próprio lar. A criança apresenta a sua família por meio das fotos e conta do processo de autonomeação:

> *Criança: Pode ser esse daqui? Vai.. vai pra cima.. pra baixo... pra baixo.*
> *Pesquisadora: Pra baixo? Me ensina aí que eu estou aprendendo.*
> *Criança: Pode descer.*
> *Pesquisadora: Pode descer?*
> *Criança: Pra cima. Olhe aí.*
> *Pesquisadora: e essa foto daqui?*
> *Criança: Pode falar.*
> *Pesquisadora: E essa foto daqui, quem é que está nestas fotos?*
> *Criança: Minha família.*
> *Pesquisadora: É a sua família? Quem é essa pessoa da frente, é você e do seu lado?*
> *Criança: É o meu irmão.*
> *Pesquisadora: E lá atrás? Quem são?*
> *Criança: É a minha mãe, a minha outra mãe e a minha irmã.*
> *Pesquisadora: Como é que foi que você chegou pra sua mãe pra poder falar que você é um menino? Você lembra disso como é que foi?*
> *Criança: Foi, sabe por quê? Porque eu não gostei, porque eu não gosto, eu não gostei de ser menina. Aí eu via um canal e me deixou impressionado o nome. E eu fui perguntar para minha mãe se eu podia ficar com o nome.* (Transcrição da Primeira Conversa com a criança, sujeito da pesquisa, em 26 de julho de 2021, via plataforma do *google meet*)

Durante essa conversa, a criança solicita ser chamada pelo seu nome, num exercício de renomear-se a partir de seus pertencimentos. A escolha do nome de uma pessoa trans é refletida em seus aspectos de pertencimento, então é comum, a mudança do nome mesmo após a eleição de um nome anterior. O interessante aqui é a abertura dada pela família, para que receba respeito e tratamento digno. A criança vai contando como ocorreu o seu processo de transição inicial, concomitante com a transição da sua família, que, inicialmente, trouxe as questões da autopercepção de gênero e outros fios que foram sendo puxados, como, por exemplo a escolha do nome, os brinquedos a partir do seu gênero autoproclamado, o uso de roupas "para meninos" e como essas narrativas foram significando as suas sensações acerca das conquistas de cidadania.

Assim, em uma das conversas foi pedido para que dividisse uma folha de papel em dois lados e que desenhasse o que ele sentiu quando ganhou a carteira de identidade com o nome social e no outro lado como ele se sentia quando as pessoas não o tratavam pelo nome social. A criança pediu para desenhar um lado sobre o nome social e no outro ele assistindo o desenho do SONIC, nesse sentido, foi negociada a feitura do desenho. A partir do seu desenho, contou como percebeu o processo de inclusão do nome social em sua carteira de identidade:

> *Pesquisadora: Tá bom. O que foi que você desenhou, nesse primeiro desenho da página?*
> *Criança: Eu desenhei dizendo assim: "Vai logo, eu quero ter meu documento!". Aí eu disse a ela, ela disse, aí eu desenhei ela dizendo: "Garoto...".*
> *Pesquisadora: Conta a história pra mim. Como foi que surgiu esse desenho?*
> *Criança: Quê?*
> *Pesquisadora: Isso daí aconteceu?*
> *Criança: O meu fone caiu!*
> *Pesquisadora: Ahn! Me conta a história desse desenho, o que foi que você quis dizer nesse desenho?*
> *Criança: Eu quis dizer que a mulher quando ela viu, aí ela tava grávida, né? Aí eu: Vai logo! Termina esse negócio! Aí eu fiquei assim, oh! Na parede assim...*
> *Pesquisadora: Ah, foi difícil você conseguir seu documento, com o nome social?*
> *Criança: Foi e muito!*
> *Pesquisadora : Foi? (...)Por quê?*

> *Criança: Passei até dias sem o documento. Aí demorou, demorou, demorou, demorou, demorou, demorou... (risos) demorou (...). Demorou, até-rerereeee chegar lá, lá, lá, lá, um, é, um, é... (...)*
> *Pesquisadora: Sim, e aí demorou, demorou e demorou para você conseguir o documento...e como foi que você se sentiu quando você pegou seu documento?*
> *Criança: Ué, feliz, feliz!*
> *Pesquisadora: Foi você que pediu pra botar o nome social?*
> *Pesquisadora: No início as pessoas demoraram pra se acostumar a te chamar pelo seu nome?*
> *Criança: Passou dias, dias… (...)*
> *Pesquisadora: Aí demorou alguns dias, demorou alguns dias para as pessoas se acostumarem...*
> *Criança: Dias não, dias não. Passou um dia aí ela se acostumou, se acostumou, meus amigos (ele repete várias vezes o seu próprio nome)* (Transcrição da Sexta Conversa com a criança, sujeito da pesquisa, em 05 de agosto de 2021, via plataforma do *google meet*)

Uma discussão central trazida por ele, diz do direito ao nome social na carteira de identidade de crianças trans, que somente é possível a partir da solicitação do responsável legal e aqui, ganha evidência a importância do apoio familiar para a garantia do acesso ao direito de ter um nome com o qual a criança se identificava. Ainda, na narrativa acima está um contexto protagonizado pela criança trans, que, a partir do interesse das pessoas que estão à sua volta, mostra um outro lugar habitável para a cisgeneridade. Além do processo vivenciado para a conquista de seu nome social e a garantia de sua identidade de gênero como direito, a vivência no espaço educativo, também, foi analisada. Aos poucos, foi possível maior aproximação para compreender como ocorriam as interações tanto com as crianças quanto com os adultos presentes naquele espaço, ou seja, a trajetória escolar de um menino trans. A partir do lúdico foi possível acessar as narrativas acerca da instituição educativa, como segue um trecho da conversa:

> *Pesquisadora: Tá tudo bem?*
> *Criança: Tá, o meu irmão tá fazendo tarefa. A minha irmã está assistindo. Está tudo bem aqui.*
> *Pesquisadora: E você foi pra escola hoje? E como é que foi lá?*
> *Criança: Foi bom. De noite eu comi macarrão enrolado, comi batata, parecia que não era batata porque não pareceu batata e cenoura.*
> *Pesquisadora: Hum...*
> *Criança: Não me parecia batata.*
> *Pesquisadora: E deixa eu te...*
> *Criança: Não me parecia batata, mas o gosto era de outro gosto.*
> *Pesquisadora: (risos)*
> *Criança: Será que é batata mesmo? (risos) Eu não sabia se era batata.*
> *Pesquisadora: (risos) Hoje aqui eu comi arroz e salada...*
> *Criança: Um dia eu também comi brócolis, arroz, feijão, macarrão, feijão, macarrão. Brócolis e salada e tomate.*
> *Pesquisadora: E lá na escola, como é que é? Lá tem merenda?*
> *Criança: Hoje eu comi: Eu comi a (inaudível)*
> *Pesquisadora: Como?*
> *Criança: Eu posso comer só um farelo de queijo.*
> *Pesquisadora: Ah, você tem intolerância à lactose?*
> *Criança: Sim.*
> *Pesquisadora: Entendi.*
> *Criança: Eu peguei o pão. Não são dois pães? Pão e dentro tem queijo. É que tem uma mulher, eu acho que é o nome dela é Mônica, eu disse isso [Ela me deu o queijo] Por favor,*

> *você pode só tirar esse outro pão aí? Ela disse: "Tem certeza?" Eu: Tenho. Ela foi lá, tirou e botou em outro pote. Aí eu fui embora.*
> *Pesquisadora: Aí você comeu e não sentiu alergia...*
> *Criança: É.*
> *Pesquisadora: E na hora do, você chama intervalo ou recreio?*
> *Criança: Intervalo?*
> *Pesquisadora: Na hora do lanche.*
> *Criança: No recreio tem que comer e no lanche tem que comer. Ainda bem porque eu gosto de comer.*
> *Pesquisadora: E estão indo todos os colegas para a escola?*
> *Criança: Sim. Todos os colegas estão virando meu amigo. Ana virou. Riquelme virou. Outro virou e mais outro virou!*
> *Pesquisadora: Todos estão virando seus amigos!*
> *Criança: Só um que eu não tô vendo ele na escola mais. Eu não tô vendo não...*
> *Pesquisadora: Hum... Entendi.*
> *Criança: Hoje eu não vi um amiguinho não. Porque um amiguinho meu, ele não está indo.*
> *Pesquisadora: Entendi. E eles são cisgêneros ou são trans?*
> *Criança: Quê?*
> *Pesquisadora: Eles são cisgêneros ou são trans? São crianças cisgêneras ou são crianças trans? Os seus amigos...*
> *Criança: Eles são normal, não são trans.*
> *Pesquisadora: Não são trans... hum... E eles sabem que você é trans?*
> *Criança: Quê?*
> *Pesquisadora: E seus colegas sabem que você é trans?*
> *Criança: Eu nunca disse.*
> (Trecho da quarta oficina com a criança, sujeito da pesquisa, dia 29 de Julho de 2021).

Diante o que a criança destacou, a possibilidade de uma leitura alheia quanto o seu corpo-identidade não lhe foi tirada, alguém poderia ter dito, porém, ele afirma que não disse. Nesse sentido, não é um segredo, é apenas um assunto que não é falado naquele contexto. Enquanto sujeito de direito, é garantido a possibilidade de ser e existir sem constrangimentos de seus pertencimentos identitários, é assegurado o lugar da experiência do corpo no mundo, sem ser necessário explicar e indicar ao outro o seu local de constituição enquanto sujeito trans. Em outra conversa, o diálogo foi direcionado para suas vivências, e a criança comentou enquanto menino trans que gosta de roupas masculinas e se sente feliz usando-as, quando perguntado sobre usar as suas roupas na escola, ele comenta:

> *Pesquisadora: E como foi na escola? Quando você começou a usar roupas...*
> *Criança: Em qual escola?*
> *Pesquisadora: Quando você começou a usar as suas roupas na escola.*
> *Criança: Ah, foi legal!*
> *Pesquisadora: E os coleguinhas entenderam.*
> *Criança: Ah, entenderam... Eu sempre entro no banheiro, fecho o banheiro.*
> *Pesquisadora: No banheiro? Eu num (não) ouvi.*
> *Criança: No banheiro: Eu entro no banheiro, fecho a porta, que tem a portinha do banheiro, porque tem a portinha no banheiro, tiro as calças e faço xixi e pronto* (Trecho do Primeiro encontro com a criança, sujeito da pesquisa em 26 de julho de 2021).

Um dos pontos que a criança aborda diz respeito à plasticidade do gênero, em que enquanto criança, a roupa é, por vezes, o que vai diferenciar a leitura social da identidade de gênero. Ele refere-se à experiência da transmasculinidade na instituição educativa. É importante ressaltar que, naquele momento, a criança estava em uma primeira vivência de aula presencial após o início da Pandemia e, também, de sua transição acessando a política do nome social e que, a instituição respeitou,

assegurando o direito à identidade de gênero e, especificamente, ao uso de roupas masculinas. No entanto, nem sempre a vivência no espaço educativo é positiva em relação ao seu direito de ter seu corpo e identidade respeitados; por exemplo, no oitavo encontro, a conversa girava sobre o nome social na instituição educativa, como é possível acompanhar abaixo:

> *Pesquisadora: Mas na tua carteira aparece que nome agora?*
> *Criança: Ainda.*
> *Pesquisadora: Entendi. O outro nome não aparece?*
> *Criança: Hunrum.*
> *Pesquisadora: E a professora sabe?*
> *Criança: Não, até agora.*
> *Pesquisadora: E você já contou pra algum dos colegas de lá pra cá, que eu te perguntei uma vez e você falou que não.*
> *Criança: Não, né?*
> *Pesquisadora: Entendi. E você prefere não contar?*
> *Criança: Eu não prefiro nem contar, né?*
> *Pesquisadora: O que?*
> *Criança: Eu não preciso nem contar.*
> *Pesquisadora: Por quê?*
> *Criança Porque eu não quero. Quer que aconteça a mesma coisa que aconteceu na minha outra escola?*
> *Pesquisadora: E o que foi que aconteceu?*
> *Criança: Ué, na outra escola!*
> *Pesquisadora: Qual escola?*
> *Criança: A minha primeira escola.*
> *Pesquisadora: Como é que foi lá na primeira escola, com teu nome? Com teu nome antigo, o teu nome morto. Eles falavam o seu nome morto?*
> *Criança: Sim. Algumas vezes. Quando soube, né? Aí o garoto falou desse jeito, o nome morto.*
> *Pesquisadora: Aí você não quer contar na escola nova para as pessoas não ficarem te chamando, pelo nome morto. É isso?*
> *Criança: O que?*
> *Pesquisadora: Você não quer contar na escola para as pessoas não saberem o seu nome morto?*
> *Criança: Sim.*
> *Pesquisadora: Mas qual o problema das pessoas saberem?*
> *Criança: Porque eu não quero que eles saibam desse jeito.*
> *Pesquisadora: Eles fazem o que quando sabem? Eles chamam você e você se sente como?*
> *Criança: Ué, do jeito que eu fiquei naquele dia, naquela escola. Chateado.* (Trecho da oitava oficina com a criança, sujeito da pesquisa, em 12 de agosto de 2021).

A estratégia do silêncio desenvolvida pela criança é interessante diante das situações de violências motivadas pela transfobia institucional, até mesmo, nas interações dentro do ambiente educativo. Ele diz não precisar contar por que não o notam enquanto criança trans, mas conta que antes do reconhecimento familiar e educativo em compreendê-lo enquanto sujeito de direitos, ele sofreu agressão dentro do banheiro da escola, quando um menino cisgênero o chamava pelo nome de registro antigo, usando o nome imposto à criança trans como forma de violência, de lhe pautar a partir da norma estabelecida na cultura — escolar e social.

A criança quando passa na modernidade a ser inserida na instituição educativa passa a ser o aluno[4]. A questão aqui é quando a categoria aluno diz de uma normatização que transborda os contornos territoriais e sensoriais de crianças trans, impondo o estigma através da diferenciação. Uma chave para interpretarmos a violência transfóbica, como eixo de intersecção que atravessa a construção da criança, e sobressai diante das demais, é a utilização do nome de registro como ato de violência contra a criança trans. Essa violência física e psicológica, perpetua-se durante sua trajetória na Educação Infantil, marcando as experiências na pré-escola por meio da transfobia. Ao ser perguntado se ele recorreu a ajuda da professora durante o período em que sofria com a violência, responde:

> *Criança: Não.*
> *Pesquisadora: Hum... você tinha medo de contar para a professora?*
> *Criança: Sim.*
> *Pesquisadora: E você achava que ela iria falar o que se você contasse?*
> *Criança: "Não".*
> *Pesquisadora: Hãn?*
> *Criança: "Não" o que ela ia (iria) dizer.*
> (Trecho da primeira oficina com a criança, sujeito da pesquisa em 26 de agosto de 2021)

A noção de aluno normativo desdobra-se em uma fricção no cotidiano da criança, e isso impacta diretamente nas relações e interações estabelecidas no contexto educativo. A ideia do aluno é uma ideia normalizada fixada em aspectos limitados e limitantes da criança. No artigo "O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes" escrito por Boto (2002), a autora diz:

> De fato, o que parece ser a voz corrente dos escritos sobre educação, entre a Renascença e o Século das Luzes, é um dado desejo de obtenção do mínimo denominador comum da infância: as características básicas presentes em todas as crianças, qualquer que seja a classe, a nacionalidade, o nível de inteligência etc. Nisso, encontra-se um quê de silêncio, de separação, de isolamento, e também de invisibilidade. A criança é muda; em sua individualidade, é espectador silencioso; é silenciada na sua voz, que, pelo suposto moderno, não saberá falar por si A criança dita pela razão moderna foi desencantada; sem dúvida. Foi secularizada e institucionalizada. Passamos - teóricos da educação - a falar dela. Ao separar a criança do universo adulto, a modernidade cria a infância como uma mônada - unidade substancial ativa e individual; presente, no limite, em todos os seres infantis da espécie humana: sempre a mesma; sempre igual, inquebrantável, inamovível, irredutível - um mínimo denominador comum. Não falamos mais das crianças, e sim da infância (Boto, 2002, p. 57).

Boto (2002, p. 14) anuncia: a pedagogia desde a Renascença vem aderindo novas perspectivas no que tange à pedagogia, com outros modos de perceber o ser humano e também de conceituá-lo. De modo singular a criança passou a ser retratada a partir de um ponto de vista inferiorizado, nota-se a dificuldade, na época, de perceber a criança enquanto sujeito, tendo em vista, a visibilização de outros sentidos para a criança:

[4] Consideramos essa nomenclatura a partir do Ensino Fundamental.

> A criança é percebida pelo que lhe falta, pelas carências que apenas a maturação da idade e da educação poderiam suprir. Frágil na constituição física, na conduta pública e na moralidade, a criança é um ser que deverá ser regulado, adestrado, normalizado para o convívio social (Botto, 2002, p. 17).

Neste sentido, os colégios na modernidade passam a adotar lógicas de seu tempo, baseados em um ideal de tempo para exercitar a mente a fim de torná-lo produtivo e preparador de um terreno fértil para uma fase adulta de produtividade. Assim, com efeito o aluno deixa a sua bagagem de experiências enquanto criança, criança trans, a bagagem de vida é deixada na porta da escola, outras experiências ficam para a rua, é bem-vindo à instituição o sujeito normalizado, deste modo, a cultura da criança trans não é reconhecida e valorizada dentro do contexto educativo, a sua própria existência enquanto sujeito sociocultural. Se por um lado, junto ao assujeitamento, tem resistências e formas de impor-se frente às normas vigentes, é preciso aparecer os contrapontos.

> *Pesquisadora: Entendi. E eles são cisgêneros ou são trans?*
> *Criança: Quê?*
> *Pesquisadora: Eles são cisgêneros ou são trans? São crianças cisgêneras ou são crianças trans? Os seus amigos...*
> *Criança: Eles são "normal", não são trans.*
> (Trecho da quarta oficina com a criança, sujeito da pesquisa, dia 29 de Julho de 2021).

Na conversa, por mais que a criança não utilize a palavra cisgênero ou, talvez, não tenha ouvido direito a pergunta em função da tecnologia, o fato é que foi apresentada uma dicotomia intrínseca na afirmação de que os colegas não eram trans e, sim, eram crianças normais. De outro modo, é possível refletir que por não serem trans os amigos são normais. Portanto, de ambas as formas, a categoria trans é distinta da normal, se por um lado está significando um outro, o sujeito normal, há também nessa colocação uma compreensão de si na resposta, sendo a criança um sujeito trans, na medida em que as diferenças se colocam em relação. A afirmação do espaço de poder ocupado pela norma cisgênera ou cisnormatividade consequentemente centraliza as experiências-corpo-subjetividade das crianças cisgêneras para a consolidação de uma cultura escolar que fabrica compulsoriamente crianças cisgêneras. Neste sentido, o modo como operam para a cisnormatização é via objetificação da criança trans, que atravessa a construção identitária de todas as crianças na Educação Infantil.

Considerações finais

Os desafios para o desenvolvimento da pesquisa foram muitos, o principal podemos dizer que foi a oportunidade de conhecer a criança trans e interpretar suas múltiplas formas de comunicação e a busca por direitos e reconhecimento da sua identidade.

No âmbito da pesquisa etnográfica, a autointitulação da criança como um menino trans, permitiu compreender a sua identidade de gênero, vivenciada a partir de uma masculinidade

deslocada da hegemônica ao considerar as potencialidades e pertencimentos do seu corpo trans em sociedade. E, em relação às identidades de gênero, a criança pontua uma perspectiva positiva e parte da autonomeação do sujeito tanto para si, quanto para o outro.

Os dados de campo da pesquisa, também, apontaram, a partir da narrativa da criança trans, para a construção da identidade trans desde a tenra infância, em um contexto de construção, reconhecimento e valorização familiar. Ainda sobre este dado, a partir da narrativa da mãe da criança trans, a percepção da identidade dissidente de gênero da criança, ocorreu entre 02 e 03 anos de idade, por meio da recusa dos brinquedos, brincadeiras e vestimentas, porém, a autonomeação enquanto menino trans ocorreu aos 05 anos de idade, concomitantemente com a experiência na Educação Infantil.

Mediante as narrativas da criança trans foi possível perceber a ausência de preparo para o acolhimento e garantia de seus direitos quando apresenta a sua primeira experiência em uma instituição de Educação Infantil. Situações de violências vividas, tais como: agressões físicas, insultos, por parte de outras crianças, desrespeito em relação ao uso do nome social, foram recorrentes na sua trajetória. O banheiro foi narrado como um lugar que tem centralidade para a dinâmica dessas violências quando do seu uso, levando-nos a pensar a marca heteronormativa imposta na arquitetura institucional e os impactos na constituição dos direitos das crianças trans.

Por fim, a pesquisa identifica dois cenários distintos onde a criança experiencia a construção da sua transsexualidade: a casa e a instituição educativa. O cenário das violências é narrado e identificado nas experiências fora de casa e nas instituições educativas. Fazendo-nos pensar o desafio das instituições educativas para compreender as dissidências de gênero e a construção dos direitos das crianças trans por uma vida digna, sem violências e que afirme a sua cidadania como um direito humano, e inegociável

Referências

AMANCIO, Izzie Madalena Santos. **Só posso ser menina ou menino?** Identidade de gênero e raça nas narrativas de crianças em espaços de Educação Infantil. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1670. Acesso em: 30 nov. 2023.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cesar de; KUHLMANN JR, Moysés (org). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

DELGADO, Ana Cristina Col; MULLER, Fernanda. Abordagens etnográficas nas pesquisas com crianças e suas culturas. In: 28ª Reunião Anual da Anped. **Anais**. Caxambu: Anped, 2005. Disponível em: https://www.anped.org.br/biblioteca/item/abordagens-etnograficas-nas-pesquisas-com-criancas-e-suas-culturas. Acesso em: 26 jan. 2022.

FERREIRA, Manuela; LIMA, Patricia de Moraes. Infância e etnografia: dialogia entre alteridades e similitudes. **Perspectiva**, *[S. l.]*, v. 38, n. 1, p. 1–14, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e61820. Acesso em: 4 nov. 2024.

FERREIRA, Manuela; NUNES, Ângela. Estudos da infância, antropologia e etnografia: potencialidades, limites e desafios. **Linhas Críticas**, v. 20, n. 41, p. 103-123, 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1935/193530606007.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Crianças Trans: Memórias e desafios teóricos. In: **III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. Universidade do Estado da Bahia – Campus I. Salvador/BA, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250305355_Criancas_Trans_Memorias_e_Desafios_Teoricos. Acesso em: 25 jan. 2022.

LIMA, Patrícia de Moraes. Infância(s), alteridade e norma: dimensões para pensar a pesquisa com crianças em contextos não institucionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 94-106, jan./abr. 2015. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/lima.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

LIMA, Patrícia de Moraes; NAZARIO, Roseli. Sobre a Luz do diafragma: a atribuição da fotografia na pesquisa com crianças. **Educativa**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 491-509, jul./dez. 2014. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/3957/2282. Acesso em: 10 dez. 2023.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021.
OAKLEY, Ann. Sexo e Gênero. **Revista Feminismos**, *[S. l.]*, v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30206. Acesso em: 30 out. 2024.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Minha vida em cor-de-rosa. **Revista Aspas**, v. 8, n.1, p. 108-129, 2018. Disponível em: https://revistas.usp.br/aspas/article/view/149483. Acesso em: 25 jan. 2022.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. **Estudos da Infância:** educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, *[S. l.]*, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 4 nov. 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary Garcia; MOUTINHO, Laura orgs. **Enlaçando sexualidades:** uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. Disponível em: https://books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messeder-9788523218669.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.